



SOCIEDADE E GESTÃO • MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA

ELEIÇÕES 2018: SOB O SIGNO DA INCERTEZA E DA CONTINUIDADE

Desde a eclosão do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o bordão de que somente a realização de eleições unificaria novamente o país foi fortemente repetido. Os que sustentaram Dilma até o limite de seu afastamento lançaram a campanha “Fora Temer”, reivindicando a antecipação do processo eleitoral de 2018 para 2016 com dois argumentos básicos: o de que a polarização estava sendo nefasta para o Brasil e o de que Michel Temer não tinha a legitimidade do voto para encaminhar as reformas defendidas por seu governo.

Com a inviabilização da antecipação das eleições, após longo debate jurídico e controvérsias no ambiente político, a travessia política para 2018 criou expectativas quanto a novos nomes e projetos que trouxessem outras possibilidades na política brasileira. Todavia, tais esperanças não se cumpriram. O discurso da corrupção, antes atribuída a um único partido, transformou-se em um problema generalizado para as grandes agremiações partidárias e suas principais lideranças. Aécio Neves — que afirmou ter perdido as eleições de 2014 para uma organização criminosa e se apresentou como o candidato que regeneraria a política — tornou-se inviável como alternativa do PSDB após ter seu nome envolvido em escândalos de corrupção. Também não surgiu um *outsider* nos moldes de Emmanuel Macron, na França: alguém sem o carimbo de político tradicional, com o potencial de ocupar um espaço ao centro que fizesse o rechaço da polarização e pudesse liderar um discurso renovador. Luciano Huck tentou ser esse nome, Joaquim Barbosa parecia ser também. Entretanto, ambos não lograram êxito. Os motivos vão do receio das consequências de uma candidatura para a vida privada e para os negócios às dificuldades de organizar uma campanha presidencial sem contar com a estrutura dos grandes partidos.

A VIABILIDADE DAS CANDIDATURAS DEPENDE DO ACESSO A RECURSOS TRADICIONAIS DA POLÍTICA, QUE FAVORECEM A PERMANÊNCIA DOS MESMOS NOMES E DIFICULTA A RENOVAÇÃO.

Faltando cerca de quatro meses para a eleição, o cenário é de aumento da incerteza. Sem Lula, que liderava em diferentes projeções, Bolsonaro segue como nome provável para o segundo turno. Mas ele arregimentou eleitores mais pela negação ao PT e às políticas de Direitos Humanos e menos por suas propostas para o país, que até o momento não são claras ou sequer existem. Talvez isso explique o fato de ter anunciado que vai evitar participar de debates.

A grande pergunta que tem sido feita é: para onde vão os votos que seriam atribuídos a Lula? Essa resposta depende de um conjunto de questionamentos ainda sem respostas, como: para quem Lula vai declarar voto? O PT vai ter candidatura própria? O eleitor está propenso a se orientar pelo posicionamento de Lula e do PT? Marina Silva e Ciro Gomes seguem como potenciais herdeiros do voto petista. A primeira por seu passado no partido, pela sua trajetória parecida com a de Lula e por ter sido Ministra do Meio Ambiente nos governos Lula. O segundo pelas suas posições em relação ao papel do Estado e pela proximidade que sempre teve com o Partido dos Trabalhadores.

Por fim, o turbilhão social de apelo renovador que se arrasta desde 2013 e passou feito um tsunami político por 2015 e 2016 com o *impeachment* de Dilma não cumpriu sua promessa de mudar a política. Apesar das dificuldades de Geraldo Alckmin mostrar a viabilidade de sua candidatura presidencial, não é possível descartar que os fatores que vão determinar os rumos das candidaturas em 2018 serão os recursos que favorecem a permanência dos partidos e já estão bem posicionados nas estruturas de poder: fundo partidário, fundo de financiamento e tempo de TV. Ou seja, mais do que os movimentos por renovação, são os recursos tradicionais da política que vão definir o futuro das candidaturas. Por isso, apesar de tudo e de todos, estamos discutindo em torno dos mesmos nomes de sempre.

MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA > Professor da FGV EAESP > marco.teixeira@fgv.br